

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Com relatório dos auditores independentes

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	09

Notas explicativas

1	CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL	10
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	15
6	IMOBILIZADO	17
7	INTANGÍVEL	20
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS.....	21
9	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	23
10	TRIBUTOS A RECOLHER	25
11	TRIBUTOS DIFERIDOS.....	25
12	PROVISÕES PARA LITÍGIOS.....	26
13	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO.....	30
14	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	32
15	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	35
16	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE	36
17	PESSOAL E ADMINISTRADORES	36
18	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO	37
19	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	37
20	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO	41
21	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	47
22	CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	47
23	EVENTOS SUBSEQUENTES	47



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.
São Luís - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de março de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 30 de abril de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'C. Santos Mota Filho', written over a light blue horizontal line.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		130.195	314.583	Fornecedores		607.699	609.375
Consumidores	5	1.147.667	1.110.356	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	925.090	362.825
Concessionárias e permissionárias	5	66	116	Obrigações sociais e trabalhistas		68.648	61.895
Serviços em curso		72.338	85.131	Tributos a recolher	10	175.129	142.762
Tributos compensáveis		242.014	157.343	Provisão para litígios	12	29.282	27.789
Depósitos judiciais e cauções	12	4.345	4.253	Encargos setoriais		80.847	106.951
Almoxarifado operacional		14.244	11.310	Passivos financeiros setoriais	8	390.361	366.907
Investimentos temporários		1.455.123	653.501	Instrumentos financeiro derivativos		707	-
Ativos financeiros setoriais	8	168.055	172.966	Dividendos a pagar	14.4	132.608	142.884
Despesas pagas antecipadamente		7.749	6.511	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	-	30.503
Encargos setoriais a compensar		-	3.590	Outros passivos circulantes		270.978	113.635
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	120.751	-	Total do passivo circulante		2.681.349	1.965.526
Outros ativos circulantes	20	213.632	222.886				
Total do ativo circulante		3.576.179	2.742.546				
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Consumidores	5	64.651	59.910	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	3.636.434	2.785.867
Serviços em curso		11.562	11.569	Fornecedores		15.485	20.774
Tributos compensáveis		230.604	210.397	Benefício pós emprego		15.405	13.030
Depósitos judiciais e cauções	12	187.987	137.660	Tributos a recolher	10	6.116	4.147
Ativos financeiros setoriais	8	33.445	34.845	Provisão para litígios	12	126.465	117.019
Despesas pagas antecipadamente		-	36	Encargos setoriais		24.131	22.058
Benefício pós-emprego		5.693	4.229	Tributos diferidos	11	760.162	678.124
Tributos diferidos	11	112.910	113.568	Passivos financeiros setoriais	8	158.677	231.823
Investimentos temporários		1.234	1.143	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	46.532	37.505
Instrumentos financeiro derivativos	9.4	22.378	-	Obrigações vinculadas à concessão	13	1.565.149	1.684.407
Outros ativos não circulantes	20	26.968	23.274	Outros passivos não circulantes		36.573	43.730
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		463	4.700	Total do passivo não circulante		6.391.129	5.638.484
Imobilizado	6	8.438.733	7.822.434				
Intangível	7	232.581	196.163	Patrimônio líquido	14	1.863.606	1.651.592
Total do ativo não circulante		9.369.209	8.619.928	Capital social		52.353	48.568
				Reserva de capital		997.885	1.084.645
				Outros resultados abrangentes		640.179	724.246
				Reserva de Lucros		318.887	249.413
				Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		3.872.910	3.758.464
				Total do patrimônio líquido		3.872.910	3.758.464
Total do Ativo		12.945.388	11.362.474	Total do passivo e patrimônio líquido		12.945.388	11.362.474

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	15	7.096.723	6.084.412
Fornecimento de energia elétrica		6.113.899	5.169.479
Suprimento de energia elétrica		42.022	8.005
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		226.790	176.101
Ativos e passivos financeiros setoriais		100.119	331.670
Serviços cobráveis		15.596	13.816
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		598.297	354.319
Outras receitas		-	31.022
Tributos		(1.903.914)	(1.468.863)
ICMS		(1.381.219)	(1.007.124)
PIS-PASEP		(104.053)	(80.319)
COFINS		(416.311)	(379.536)
ISS		(2.331)	(1.884)
Outros tributos			
Encargos - Parcela "A"		(413.320)	(379.155)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(23.898)	(26.058)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(24.002)	(21.510)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(358.175)	(324.732)
Taxa de fiscalização		(7.245)	(6.855)
Receita líquida / Ingresso líquido		4.779.489	4.236.394
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.744.453)	(2.396.687)
Energia elétrica comprada para revenda		(2.075.401)	(1.755.309)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(669.052)	(641.378)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.035.036	1.839.707
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(1.279.653)	(1.156.443)
Pessoal e administradores	17	(212.017)	(195.359)
Material		(25.382)	(24.045)
Serviços de terceiros		(466.707)	(446.788)
Arrendamento e aluguéis		(6.885)	(5.439)
Seguros		(853)	(621)
Doações, contribuições e subvenções		(6.507)	(3.840)
Provisões		(190.540)	(200.408)
Perdas na alienação de bens e direitos		(53.552)	(138.643)
(-) Recuperação de despesas		15.501	9.882
Tributos		(2.466)	(1.808)
Depreciação e amortização		(353.022)	(303.703)
Gastos diversos		(60.781)	(60.483)
Outras receitas operacionais		121.464	214.870
Outras gastos operacionais		(37.906)	(58)
Resultado da Atividade		755.383	683.264
Resultado Financeiro		(153.408)	(84.351)
Despesas financeiras		(750.561)	(561.288)
Receitas financeiras		597.153	476.937
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		601.975	598.913
Despesa com impostos sobre o lucro		(74.690)	(41.994)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	(99.685)	(52.760)
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	24.995	10.766
Resultado líquido do exercício		527.285	556.919
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		343.315	362.610
Acionistas não controladores		183.970	194.309
Lucro por ação			
Básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		4,51528	4,73488
Diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		4,51528	4,73488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	<u>527.285</u>	<u>556.919</u>
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação	(53.783)	(58.030)
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	<u>(32.977)</u>	<u>13.741</u>
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	<u>(86.760)</u>	<u>(44.289)</u>
Total resultados abrangentes	<u>440.525</u>	<u>512.630</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Outros resultados abrangentes						Total	
	Capital social	Reservas de capital	Outros	Reserva de reavaliação	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados		Proposta para distribuição de dividendos adicionais
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.651.592	48.268	(24.380)	1.153.314	500.055	-	343.871	3.672.720
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	556.919	-	556.919
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	(220.472)	220.472	-	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	(343.871)	(343.871)
Destinação Proposta À A.G.O.:								
Reserva Legal	-	-	-	-	29.757	(29.757)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	-	-	182.256	(182.256)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	174.620	(174.620)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(141.345)	-	(141.345)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(249.413)	249.413	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(58.030)	58.030	-	-	-
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	300	-	-	-	-	-	300
Resultados abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego, líquidos de tributos diferidos)	-	-	13.741	-	-	-	-	13.741
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.651.592	48.568	(10.639)	1.095.284	724.246	-	249.413	3.758.464
Aumento de capital	212.014	-	-	-	(212.014)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	527.285	-	527.285
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	(214.052)	214.052	-	-
Dividendos adicionais distribuídos	-	-	-	-	-	-	(249.413)	(249.413)
Destinação Proposta À A.G.O.:								
Reserva legal	-	-	-	-	27.574	(27.574)	-	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	-	189.856	(189.856)	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	-	-	74.043	(74.043)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(130.977)	-	(130.977)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(318.887)	318.887	-
Reavaliação compulsória regulatória	-	-	-	(53.783)	50.526	-	-	(3.257)
Resultado de (<i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa)	-	-	(49.477)	-	-	-	-	(49.477)
Tributos diferidos sobre ganho de instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.822	-	-	-	-	16.822
Resultado de (benefícios pós-emprego)	-	-	(488)	-	-	-	-	(488)
Tributos diferidos sobre benefício pós-emprego	-	-	166	-	-	-	-	166
Valor justo das opções de compra - <i>Matching shares -Vesting period</i>	-	908	-	-	-	-	-	908
Valor justo das opções de compra - <i>Vesting period</i>	-	2.877	-	-	-	-	-	2.877
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.863.606	52.353	(43.616)	1.041.501	640.179	-	318.887	3.872.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	527.285	556.919
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Amortização e depreciação	353.022	303.703
Baixas no intangível, ativo imobilizado e Obrigações vinculadas à concessão	15.346	144.845
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.995)	(10.766)
Imposto de Renda e Contribuição diferidos	99.685	52.760
Juros, encargos e variações monetárias líquidas	506.910	186.790
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	(155.762)	74.651
Benefício pós-emprego	942	714
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	-	(5.702)
Participação nos lucros	54.009	46.303
Provisão e atualização de encargos setoriais	49.656	48.007
Ativos/passivos financeiros setoriais	(111.612)	(309.567)
Ajuste a valor presente	(4.592)	(1.229)
Provisão para litígios	37.666	54.862
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	176.235	175.056
Rendimentos de investimentos temporários	(105.615)	(118.097)
Valor justo das opções de compra	(2.878)	28.806
Provisão para perda de estoque	(792)	-
Encargos de geração distribuída	825	-
	<u>1.415.335</u>	<u>1.228.055</u>
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores	(213.695)	(257.679)
Concessionárias e permissionárias	50	945
Serviços em curso	20.137	4.521
Depósitos judiciais e cauções	(50.419)	(11.761)
Almoxarifado operacional	(2.934)	29.182
Tributos compensáveis	(100.790)	(879)
Encargos setoriais	3.590	(3.590)
Benefício pós emprego	(152)	(171)
Ativos financeiros setoriais	121.039	(74.211)
Outros ativos circulantes	1.242	44.128
	<u>(221.932)</u>	<u>(269.515)</u>
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	(51.184)	72.332
Obrigações sociais e trabalhistas	(119.490)	(108.281)
Tributos	110.651	(5.700)
Encargos setoriais	(79.516)	(39.032)
Passivos financeiros setoriais	(49.692)	86.497
Benefício pós-emprego	(367)	(360)
Tributos diferidos	(16.989)	-
Provisão para litígios	(40.825)	(32.971)
Obrigações vinculadas à concessão	-	(123.495)
Outros passivos circulantes	173.012	3.439
	<u>(74.400)</u>	<u>(147.571)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		
Rendimentos de investimentos temporários	105.615	118.097
Juros pagos	(262.002)	(181.945)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41.310)	(110.160)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>921.306</u>	<u>636.961</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado	(948.128)	(866.825)
Aquisições no ativo intangível	(66.520)	(62.903)
Aquisições em obrigações vinculadas à concessão	5.504	33.116
Resgate (aplicações) financeiras	(801.713)	294.493
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<u>(1.810.857)</u>	<u>(602.119)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	(351.367)	(268.413)
Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos	1.447.196	903.180
Dividendos pagos	(390.666)	(458.387)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	<u>705.163</u>	<u>176.380</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	<u>(184.388)</u>	<u>211.222</u>
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	314.583	103.361
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	130.195	314.583
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(184.388)</u>	<u>211.222</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. (“Outorgada” ou “Equatorial Maranhão”) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Alameda A, Quadra SQS, nº 100, Loteamento Quitandinha, bairro Altos do Calhau, cidade São Luís, no Estado do Maranhão, controlada pela Equatorial Energia Distribuição S.A., tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Maranhão com 331.937^(*) km², atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 2.805.962^(*) consumidores em 217 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A Companhia possui suas ações negociadas unicamente no Mercado de Balcão Organizado do Brasil, Bolsa, Balcão S.A. (B3).

(*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 060/2000 (Contrato de Concessão), assinado em 11 de agosto de 2000 celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 10 de agosto de 2030, podendo ser renovado por igual período a critério do Poder Concedente.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A Companhia, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seu Conselho de Administração.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (Custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (Custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2025.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 emitidas em 26 de março de 2025, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2021. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 24 de Agosto de 2021, sendo que os valores apresentados refletem a base que foi protocolada na Revisão Tarifária Periódica e homologada pela Aneel em Nota Técnica nº 204/2021-SGT/ANEEL, no processo de revisão tarifária da data-base de Agosto de 2021.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), que avalia o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações.

A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 25.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação.

Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos, baixados em sua integralidade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Não existem saldos a receber de empresas identificadas como partes relacionadas, que estejam vencidos, ou que se encaixem nos critérios de PECLD descritos acima.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2023	Provisões/ Reversões	Baixas (b)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	489.121	(292.747)	190.991	387.365
Parcelamentos	281.249	(162.681)	91.584	210.152
Contas a receber de consumidores não faturados	5.675	232	-	5.907
Outras (a)	40.803	(31.192)	16.801	26.412
Total	816.848	(486.388)	299.376	629.836

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; e

(b) Referente à baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço – R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (b)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum. (a)	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	4.949	-	-	16.921	-	21.870	16.921	(4.759)	17.111	2.438	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	189	-	-	113	-	302	113	(100)	202	100	-	-	-
Máquinas e equipamentos	4.760	-	-	16.808	-	21.568	16.808	(4.659)	16.909	2.338	-	-	-
Distribuição	11.691.696	-	(92.612)	1.046.741	4.927	12.650.752	1.139.353	(5.136.425)	7.514.327	6.906.387	(3.073.153)	1.564.426	(1.508.727)
Terrenos	29.339	-	-	3.258	58	32.655	3.258	(28)	32.627	29.339	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	175.126	-	-	7.836	-	182.962	7.836	(90.040)	92.922	90.691	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11.483.102	-	(92.612)	1.033.925	4.537	12.428.952	1.126.537	(5.044.577)	7.384.375	6.783.627	-	-	-
Móveis e utensílios	4.129	-	-	1.722	332	6.183	1.722	(1.780)	4.403	2.730	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.073.153)	1.564.426	(1.508.727)
Administração	295.923	-	(2.066)	65.562	812	360.231	67.628	(182.569)	177.662	135.178	-	-	-
Terrenos	9.052	-	-	-	(4.499)	4.553	-	-	4.553	9.052	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	96.422	-	(300)	4.787	5.311	106.220	5.087	(44.005)	62.215	52.558	-	-	-
Máquinas e equipamentos	161.959	-	(1.766)	58.011	-	218.204	59.777	(121.118)	97.086	59.344	-	-	-
Veículos	18.019	-	-	-	-	18.019	-	(10.854)	7.165	9.478	-	-	-
Móveis e utensílios	10.471	-	-	2.764	-	13.235	2.764	(6.592)	6.643	4.746	-	-	-
Subtotal	11.992.568	-	(94.678)	1.129.224	5.739	13.032.853	1.223.902	(5.323.753)	7.709.100	7.044.003	(3.073.153)	1.564.426	(1.508.727)

Ativo Imobilizado em Curso – R\$ Mil	Valor Bruto em 2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (b)	Valor Bruto em 2024	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum. (a)	Valor Líquido em 2024	Valor Líquido em 2023	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	203	16.805	-	(16.921)	-	87	(116)	-	87	203	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	46	16.805	-	(16.808)	-	43	(3)	-	43	46	-	-	-
Outros	157	-	-	(113)	-	44	(113)	-	44	157	-	-	-
Distribuição	657.745	974.192	-	(1.047.141)	-	584.796	(72.949)	-	584.796	657.745	(56.422)	-	(56.422)
Máquinas e Equipamentos	500.767	922.462	-	(1.031.977)	22.937	414.189	(109.515)	-	414.189	500.767	-	-	-
Obrigações especiais	(40.351)	-	-	-	40.351	-	-	-	-	(40.351)	(56.422)	-	(56.422)
Outros	197.329	51.730	-	(15.164)	(63.288)	170.607	36.566	-	170.607	197.329	-	-	-
Administração	120.483	88.353	-	(65.162)	1.076	144.750	23.191	-	144.750	120.483	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	113.523	45.989	-	(48.736)	(9.754)	101.022	(2.747)	-	101.022	113.523	-	-	-
Outros	6.960	42.364	-	(16.426)	10.830	43.728	25.938	-	43.728	6.960	-	-	-
Subtotal	778.431	1.079.350	-	(1.129.224)	1,076	729.633	(49.874)	-	729.633	778.431	(56.422)	-	(56.422)
Total do ativo imobilizado	12.770.999	1.079.350	(94.678)	-	6.815	13.762.486	1.174.028	(5.323.753)	8.438.733	7.822.434	(3.129.575)	1.564.426	(1.565.149)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A depreciação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 5.323.753 (R\$ 4.948.565 em 31 de dezembro de 2023), resultando em uma variação de R\$ 375.188, sendo R\$ 453.523 de depreciação com efeito no resultado do exercício (R\$ 289.537 em 31 de dezembro 2023) e R\$ 78.335 de baixas com efeito no resultado do exercício (R\$ 16.208 negativo em 31 de dezembro de 2023); e
- (b) Relação de ativos cedidos em comodato (máquinas e equipamentos) que a Equatorial Maranhão Distribuição de Energia S.A. cedeu a Companhia de Eletricidade do Amapá ("CEA"), de forma não onerosa por prazo determinado, conforme escrito nos Termos de Comodato no motante de R\$ 18. Do saldo restante em sua maioria trata-se do retorno de bens que estavam cedido em comodato para as distribuidoras Companhia de Eletricidade do Amapá ("CEA") e Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A.

<u>Ativo Imobilizado - R\$ Mil</u>	<u>Taxas anuais médias de depreciação (%)</u>	<u>Valor bruto</u>	<u>Depreciação e Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido em 2024</u>	<u>Valor Líquido em 2023</u>
Em serviço					
Geração	5,23%	<u>21.870</u>	<u>(4.759)</u>	<u>17.111</u>	2.438
Custo Histórico		<u>21.870</u>	<u>(4.759)</u>	<u>17.111</u>	2.045
Reavaliação		-	-	-	393
Distribuição	3,76%	<u>12.650.752</u>	<u>(5.136.425)</u>	<u>7.514.327</u>	6.906.387
Custo Histórico		<u>12.650.752</u>	<u>(5.136.425)</u>	<u>7.514.327</u>	5.303.022
Reavaliação		-	-	-	1.603.365
Administração	8,71%	<u>360.231</u>	<u>(182.569)</u>	<u>177.662</u>	135.178
Custo Histórico		<u>360.231</u>	<u>(182.569)</u>	<u>177.662</u>	113.020
Reavaliação		-	-	-	22.158
Subtotal		<u>13.032.853</u>	<u>(5.323.753)</u>	<u>7.709.100</u>	<u>7.044.003</u>
Em curso - R\$ Mil					
		<u>Valor bruto</u>	<u>Depreciação e Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido em 2024</u>	<u>Valor líquido em 2023</u>
Geração		<u>87</u>	-	<u>87</u>	203
Administração		<u>584.796</u>	-	<u>584.796</u>	657.745
Distribuição		<u>144.750</u>	-	<u>144.750</u>	120.483
Subtotal		<u>729.633</u>	-	<u>729.633</u>	<u>778.431</u>
Total		<u>13.762.486</u>	<u>(5.323.753)</u>	<u>8.438.733</u>	<u>7.822.434</u>

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é conforme a seguir demonstrada:

<u>Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil</u>	<u>Material / Equipamentos</u>	<u>Serviços de Terceiros</u>	<u>Mão de Obra Própria</u>	<u>Juros Capitalizados</u>	<u>Outros Gastos</u>	<u>Total</u>
Terrenos	2.250	100	-	-	162	2.512
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.733	24.891	4.440	-	-	31.064
Máquinas e Equipamentos	425.743	445.596	92.389	13.979	7.549	985.256
Móveis e Utensílios	421	-	-	-	-	421
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	1.758	-	-	-	-	1.758
Material em Depósito	39.013	-	-	-	-	39.013
Adiantamento a Fornecedores	1.862	-	-	-	-	1.862
Outros	10.950	270	-	-	6.244	17.464
Total das adições	483.730	470.857	96.829	13.979	13.955	1.079.350

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
POSTE DE CONCRETO - DISTRIBUIÇÃO	3,57%
CONDUTOR ISOLADO, TENSÃO INFERIOR A 69kV	3,57%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO AÉREO, PEDESTAL, PLATAF./ESTALEIRO	4,00%
MEDIDOR ELETRÔNICO/COMPARADOR/CONCENTRADOR	7,69%
CONDUTOR NU DE ALUMÍNIO, TENSÃO INFERIOR A 69kV	3,57%
Administração central	Taxas anuais de depreciação (%)
EQUIPAMENTO GERAL - M.E.	6,25%
EQUIPAMENTO GERAL - M.U.	6,25%
DIREITO, MARCA E PATENTE (SOFTWARE)	20,00%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMÁTICA	16,67%
EDIFICAÇÃO - OUTRAS	3,33%
Geração	Taxas anuais de depreciação (%)
SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR - BATERIA	20,00%
EDIFICAÇÃO - OUTRAS	3,33%
URBANIZAÇÃO E BENFEITORIAS - CONJUNTO DE CERCAS	3,33%
SISTEMA DE ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA	5,88%
PAINEL, MESA DE COMANDO E CUBÍCULO	3,57%

O Decreto nº 10.810, de 27 de setembro de 2021, revogou o Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no entanto a Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prever que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço (considerando a coluna de adições e transferências do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço) no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. DATA CENTER LEASING	35.673
2. CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	12.605
3. POSTE CONC DT B-3,5 28M 1600DAN PDE	7.260
4. POSTE CONC DT B-3 26M 1400DAN PDE	6.532
5. GRUPO GERAD DIES 3F 105KVA 380V STD BY	5.132
6. CABO AL NU CAL 394,5MCM 19 CANTON	4.495
7. GRUPO GERAD DIES 3F 105KVA 380V STD BY	4.409
8. TF-P 69/13,8 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	4.310
9. TF-P 69/13,8 10/12,5 DYN1 OM LTC PDE	4.015
10. INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	3.251
Total	87.682

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1 CONDUTOR <69kV ALUM. NU 336,4MCM MO	(8.332)
2 CONDUTOR <69kV ALUM. C.A.A NU 4AWG MO	(6.206)
3 MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONO	(3.250)
4 MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA MONO	(2.686)
5 POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M 300 daN	(2.350)
6 MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONO	(1.944)
7 MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONO	(1.508)
8 MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA MONO	(1.418)
9 MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA MONO	(1.326)
10 MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONO	(1.314)
Total	(30.333)

7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas (A)-(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	166.306	-	598	-	166.904	598	(128.733)	38.171	37.980
Servidões	36.932	-	495	-	37.427	495	-	37.427	36.932
Softwares	129.374	-	103	-	129.477	103	(128.733)	744	1.048
Administração	356.311	-	22.009	-	378.320	22.009	(320.445)	57.875	64.485
Softwares	356.311	-	22.009	-	378.320	22.009	(320.445)	57.875	64.485
Subtotal	522.617	-	22.607	-	545.224	22.607	(449.178)	96.046	102.465
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Outros	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Distribuição	2.129	6.828	(598)	-	8.359	6.230	-	8.359	2.129
Servidões	760	1.124	(495)	-	1.389	629	-	1.389	760
Softwares	1.361	5.704	(103)	-	6.962	5.601	-	6.962	1.361
Outros	8	-	-	-	8	-	-	8	8
Administração	91.569	59.692	(22.009)	(1.076)	128.176	37.683	-	128.176	91.569
Servidões	3.505	-	-	-	3.505	-	-	3.505	3.505
Softwares	81.657	59.654	(22.009)	(1.076)	118.226	37.645	-	118.226	81.657
Outros	6.407	38	-	-	6.445	38	-	6.445	6.407
Subtotal	93.698	66.520	(22.607)	(1.076)	136.535	43.913	-	136.535	93.698
Total do Ativo Intangível	616.315	66.520	-	(1.076)	681.759	66.520	(449.178)	232.581	196.163

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de agosto de 2023 a agosto de 2024, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.376/2024, a ANEEL homologou o resultado da RTA da Companhia, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de (1,22%). As novas tarifas estarão em vigor no período de 28 de agosto de 2024 a 27 de agosto de 2025.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 102,96% em 31 de dezembro de 2024 (99,07% em 31 de dezembro de 2023) que ainda está dentro do limite de repasse para as tarifas.

(iii) Outras

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Outros (a)	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	94.632	(6.394)	27.110	11.679	-	127.027	77.084	49.943	94.187	32.840
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	12.050	3.091	(235)	-	14.906	3.091	11.815	7.137	7.769
Proinfa	-	-	203	-	-	203	203	-	203	-
Transporte Rede Básica	43.880	(4.876)	(8.053)	4.371	-	35.322	22.386	12.936	26.816	8.506
ESS	37.689	(8.485)	20.814	4.748	-	54.766	29.574	25.192	38.201	16.565
CDE	13.063	(5.083)	11.055	2.795	-	21.830	21.830	-	21.830	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	113.179	(2.626)	(40.390)	1.194	3.116	74.473	58.599	15.874	73.868	605
Sobrecontratação de Energia	10.368	(947)	(10.368)	947	-	-	-	-	-	-
Outros	102.811	(1.679)	(30.022)	247	3.116	74.473	58.599	15.874	73.868	605
Total Ativos Financeiros Setoriais	207.811	(9.020)	(13.280)	12.873	3.116	201.500	135.683	65.817	168.055	33.445

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	2023	Adição	Amortização	Remuneração	Outros	2024	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(202.291)	82.357	(17.631)	(20.687)	-	(158.252)	(130.980)	(27.272)	(140.353)	(17.899)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	(194.755)	109.260	(22.020)	(20.102)	-	(127.617)	(127.617)	-	(127.617)	-
Proinfa	(5.191)	71	4.210	(337)	-	(1.247)	(1.197)	(50)	(1.247)	-
Transporte Rede Básica	(386)	-	(1.099)	-	-	(1.485)	(1.485)	-	(1.485)	-
ESS	(1.803)	-	1.528	-	-	(275)	(275)	-	(275)	-
CDE	(156)	(26.974)	(250)	(248)	-	(27.628)	(406)	(27.222)	(9.729)	(17.899)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(396.439)	76.115	(18.422)	(23.667)	(28.373)	(390.786)	(178.248)	(212.538)	(250.008)	(140.778)
Neutralidade da Parcela A	(44.392)	15.726	(18.822)	(2.583)	-	(50.071)	(32.029)	(18.042)	(38.208)	(11.863)
Sobrecontratação de Energia	(14.639)	12.487	(12.751)	(1.569)	-	(16.472)	(12.750)	(3.722)	(14.025)	(2.447)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(72.947)	(18.234)	12.062	(7.602)	-	(86.721)	(8.041)	(78.680)	(34.325)	(52.396)
Risco Hidrológico	(201.966)	34.118	(19.036)	(9.097)	-	(195.981)	(91.853)	(104.128)	(127.262)	(68.719)
Outros	(62.495)	32.018	20.125	(2.816)	(28.373)	(41.541)	(33.575)	(7.966)	(36.188)	(5.353)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(598.730)	158.472	(36.053)	(44.354)	(28.373)	(549.038)	(309.228)	(239.810)	(390.361)	(158.677)

- (a) No processo de reajuste tarifário, em 28 de agosto de 2024, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou o pleito de restituição de PIS/COFINS sobre atualização Selic, incidentes sobre os valores de repetição de indébito destinados aos consumidores. O valor inicial dessa restituição foi de R\$ 2.987, que foi reclassificado de ativo tributário para ativo financeiro setorial. Além disso, foi contabilizada uma atualização financeira de R\$ 129, resultando em um total de R\$ 3.116.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente?	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pqto Juros	Frequência Pqto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistêmica amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.249	697.766	456.275	1.162.290											
Scotiabank - USD 65 MM - BRL350 MM	1.115	202.381	-	203.496	Sim	fev/21	Não há	US\$ Swap	1,48%	19/02/2025	Semestral	19/02/2025	19/02/2025	Anual	SAC
Citibank - USD 80 MM - BRL 389 MM	3.603	495.385	-	498.988	Sim	nov/23	Não há	US\$ Sofr	0,79%	09/05/2025	Semestral	09/05/2025	09/05/2024	Anual	Bullet (final)
Scotiabank - USD 73 MM - BRL420 MM	3.531	-	456.275	459.806	Sim	nov/24	Não há	US\$ Swap	5,80%	12/05/2025	Semestral	12/11/2027	12/11/2027	Anual	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30.112	188.732	3.179.822	3.398.666											
BNDES Direto 2018-2020	993	95.563	422.068	518.624	Sim	fev/19	Real	IPCA	4,95%	15/01/25	Mensal	15/01/25	15/05/30	Mensal	SAC
BNDES Direto 2021-2023 - Subcredito A	425	52.252	213.364	266.041	Sim	mar/21	Real	IPCA	4,11%	15/01/25	Trimestral	15/01/25	15/02/30	Mensal	SAC
BNDES Direto 2021-2023 - Subcredito B	4.653	-	557.385	562.038	Sim	mar/21	Real	IPCA	4,11%	15/01/25	Trimestral	15/02/30	17/09/40	Mensal	SAC
BNDES Direto 2021-2023 - Subcredito A Complementar	281	24.049	98.200	122.530	Sim	dez/22	Real	IPCA	5,96%	15/01/25	Trimestral	15/01/25	15/02/30	Mensal	SAC
BNDES Direto 2021-2023 - Subcredito B Complementar	3.084	-	256.528	259.612	Sim	dez/22	Real	IPCA	5,96%	15/01/25	Trimestral	15/02/30	15/09/40	Mensal	SAC
CEF 415.866-52/2013	8	2.274	-	2.282	Sim	dez/14	Real	PRÉ-FIXADO	6,00%	15/01/25	Mensal	15/01/25	07/10/25	Mensal	SAC
MA Leasing IBM - 36 MM	268	16.874	-	17.142	Sim	set/23	Não há	CDI	-0,17%	21/01/25	Mensal	21/01/25	21/09/25	Mensal	Price
DEB - 9ª Emissão Única - BRL 300 MM	4.288	-	300.000	304.288	Sim	jun/22	Quirografárias	CDI	1,40%	15/05/25	Semestral	15/05/25	15/05/28	Anual	SAC
DEB - 1ª Série 10ª Emissão - BRL 300 MM	764	-	314.769	315.533	Sim	dez/23	Não há	IPCA	6,30%	16/06/25	Semestral	17/12/29	15/12/31	Anual	SAC
DEB - 1ª Série 11ª Emissão - BRL 500 MM	6.887	-	500.000	506.887	Sim	mai/24	Não há	CDI	0,95%	15/05/25	Semestral	15/05/28	15/05/30	Anual	SAC
DEB - 12ª Emissão Única - BRL 550 MM	8.461	-	557.133	565.594	Sim	out/24	Não há	IPCA	6,65%	15/03/25	Semestral	15/09/33	15/09/36	Anual	Outro
CCAP DEB - 9ª Emissão Única - BRL 300 MM	-	(236)	(571)	(807)	Sim	jun/22	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/05/28	Mensal	Outro
CCAP 2021/2023 Compl. - BNDS - BRL 372 MM	-	(504)	(7.431)	(7.935)	Sim	dez/22	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/09/40	Mensal	Outro
CCAP 2021/2023 Sub - BNDS - BRL 750 MM	-	(197)	(2.900)	(3.097)	Sim	mar/21	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	30/03/24	Mensal	Outro
CCAP DEB - 1ª Série 10ª Emissão - BRL 300 MM	-	(1.083)	(6.591)	(7.674)	Sim	dez/23	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/12/31	Mensal	Outro
CCAP DEB - 1ª Série 11ª Emissão - BRL 500 MM	-	(260)	(1.148)	(1.408)	Sim	mai/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/25	15/05/30	Mensal	Outro
CCAP DEB - Única - 12ª Emissão - BRL 550 MM	-	-	(20.984)	(20.984)	Sim	out/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/25	Mensal	31/01/2025	15/09/36	Mensal	Outro
Dívidas com fundo de pensão	-	-	15.405	15.405											
Previdência Privada	-	-	15.405	15.405											
Diversos	-	231	337	568											
Arrendamentos	-	231	337	568											
Total por dívida	38.361	886.729	3.651.839	4.576.929											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.249	697.766	456.275	1.162.290											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30.112	188.732	3.179.822	3.398.666											
Total Financ. / Emprést.	38.361	886.498	3.636.097	4.560.956											
Diversos	-	231	337	568											
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	38.361	886.729	3.636.434	4.561.524											
Fundo de Pensão	-	-	15.405	15.405											

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	2031+	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	456.275	-	-	-	-	456.275
Scotiabank - USD 73 MM - BRL420 MM	-	456.275	-	-	-	-	456.275
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	248.584	269.568	436.371	441.394	385.803	1.398.102	3.179.822
BNDDES Direto 2018-2020	95.563	95.563	95.563	95.563	39.816	-	422.068
BNDDES Direto 2021-2023 - Subcredito A	52.252	52.252	52.252	52.252	4.356	-	213.364
BNDDES Direto 2021-2023 - Subcredito B	-	-	-	-	47.900	509.485	557.385
BNDDES Direto 2021-2023 - Subcredito A Complementar	24.049	24.049	24.049	24.049	2.004	-	98.200
BNDDES Direto 2021-2023 - Subcredito B Complementar	-	-	-	-	22.045	234.483	256.528
DEB - 9ª Emissão Única - BRL 300 MM	100.000	100.000	100.000	-	-	-	300.000
DEB - 1ª Série 10ª Emissão - BRL 300 MM	-	-	-	104.923	104.923	104.923	314.769
DEB - 1ª Série 11ª Emissão - BRL 500 MM	-	-	166.666	166.667	166.667	-	500.000
DEB - 12ª Emissão Única - BRL 550 MM	-	-	-	-	-	557.133	557.133
CCAP DEB - 9ª Emissão Única - BRL 300 MM	(236)	(236)	(99)	-	-	-	(571)
CCAP 2021/2023 Compl. - BNDS - BRL 372 MM	(504)	(504)	(504)	(504)	(504)	(4.911)	(7.431)
CCAP 2021/2023 Sub - BNDS - BRL 750 MM	(197)	(197)	(197)	(197)	(197)	(1.915)	(2.900)
CCAP DEB - 1ª Série 10ª Emissão - BRL 300 MM	(1.099)	(1.099)	(1.099)	(1.099)	(1.099)	(1.096)	(6.591)
CCAP DEB - 1ª Série 11ª Emissão - BRL 500 MM	(260)	(260)	(260)	(260)	(108)	-	(1.148)
CCAP DEB - Única - 12ª Emissão - BRL 550 MM	(20.984)	-	-	-	-	-	(20.984)
Total por dívida	248.584	725.843	436.371	441.394	385.803	1.398.102	3.636.097
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	456.275	-	-	-	-	456.275
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	248.584	269.568	436.371	441.394	385.803	1.398.102	3.179.822

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total
Ativos Financeiros	1.585.318	1.234	1.586.552
Caixa e Aplicações Financeiras			
Caixa e Equivalentes de Caixa - Conta 111	21.347	-	21.347
Aplic. Financ. CDB	38.183	-	38.183
Letras financeiras e títulos públicos	194.110	1.234	195.344
Aplic. Financ. Fundos DI	1.274.300	-	1.274.300
Aplic. Financ. Compromissadas	57.378	-	57.378

9.4 Abertura dos instrumentos financeiros derivativos

Instrumento Derivativos	Instituição/Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil – Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil	Atrelado às Dívidas
Total derivativos						1.709.600	95.890	
Swap	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	US\$ + 1,48% a.a.	CDI + 1,65%	350.000	18.797	Sim
Swap	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	US\$ + Softr + 0,79% a.a	CDI + 1,29% a.a.	389.600	101.781	Sim
Swap	XP	04/10/2024	15/09/2036	USD + 6,6493% a.a	CDI +0,285% a.a.	550.000	(47.240)	Sim
Swap	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	USD + 5,8035% a.a	CDI +1,15% a.a.	420.000	22.552	Sim
						Ativo circulante	120.751	
						Ativo não circulante	22.378	
						Passivo circulante	(707)	
						Passivo não circulante	(46.532)	
						Efeito líquido total	95.890	

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + Juros LP	Total 2024	Total 2023
(+) Dívida Bruta	38.361	886.729	3.651.839	4.576.929	3.161.722
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	8.249	697.766	456.275	1.162.290	708.886
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	30.112	188.732	3.179.822	3.398.666	2.439.404
Fundo de Pensão	-	-	15.405	15.405	13.030
Diversos	-	231	337	568	402
(-)Ativos Financeiros	-	(1.585.318)	(1.234)	(1.586.552)	(969.227)
Alta Liquidez	-	(59.530)	(1.234)	(60.764)	(115.660)
Demais aplicações financeiras	-	(1.525.788)	-	(1.525.788)	(853.567)
(-)Derivativos / Fair Value	-	(95.890)	-	(95.890)	(68.008)
(=)Dívida Líquida	38.361	(794.479)	3.650.605	2.894.487	2.124.487

10 Tributos a recolher

	2024	2023
Circulante		
Provisão de IRPJ e CSLL	831	244
PIS e COFINS	23.482	17.276
ICMS (a)	124.780	100.600
ISS	4.595	6.187
Encargos sociais e outros	20.710	18.455
Parcelamento de tributos	731	-
Total circulante	175.129	142.762
Não circulante		
ISS	4.374	4.147
Parcelamento de tributos	1.742	-
Total não circulante	6.116	4.147
Total	181.245	146.909

(a) O aumento do ICMS a recolher decorre, principalmente, da majoração da alíquota modal de ICMS em 2024, que passou de 20% para 22% a partir do dia 19 de fevereiro de 2024, conforme Lei nº 12.120/23.

11 Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2024	2023
Ativo não circulante		
Provisão para contingências	54.236	49.465
Arrendamentos - CPC 06 (R2)/IFRS 16	1.002	-
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	2.678	-
Ajuste a valor presente	5	-
Provisão atuarial	3.546	-
Outras diferença temporárias	51.443	64.103
Total do ativo	112.910	113.568
Passivos não circulante		
Depreciação acelerada	(278.173)	(301.457)
Ajuste a Valor Presente - AVP	(398.760)	(343.298)
Swap	(32.603)	-
PCLD	(28.234)	(33.369)
Outras diferença temporárias	(22.392)	-
Total passivo	(760.162)	(678.124)
Total	(647.252)	(564.556)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os créditos tributários constituídos com base em projeções orçamentárias elaboradas pela administração da Companhia serão realizados até o final do exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 99.685 de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o lucro do exercício (R\$ 52.760 em 31 de dezembro de 2023).

12 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	55.232	61.968	57.188	48.204
Fiscais	84.355	108.838	70.257	75.379
Trabalhistas	6.913	21.526	9.016	18.330
Regulatórias	9.247	-	8.347	-
Total	155.747	192.332	144.808	141.913
Circulante	29.282	4.345	27.789	4.253
Não circulante	126.465	187.987	117.019	137.660

12.1 Movimentação dos processos no exercício

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	57.188	22.407	(23.666)	(8.427)	7.730	55.232
Tributárias	70.257	14.098	-	-	-	84.355
Trabalhistas	9.016	1.389	(3.061)	(1.074)	643	6.913
Regulatórios	8.347	-	-	-	900	9.247
Total contingências	144.808	37.894	(26.727)	(9.501)	9.273	155.747

	2022			2023		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização /Reversão (3)	Saldo final
Cíveis	37.123	31.874	(31.442)	(7.361)	26.994	57.188
Fiscais	70.608	-	-	(27)	(324)	70.257
Trabalhistas	7.801	1.281	(1.529)	(415)	1.878	9.016
Regulatórios	7.385	-	-	-	962	8.347
Total contingências	122.917	33.155	(32.971)	(7.803)	29.510	144.808

- (1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
(2) Reversões realizadas durante o exercício; e
(3) Atualizações e reversões monetárias mensais pelo INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível e fiscal em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cíveis	140.165	125.588
Fiscais	30.892	29.347
Trabalhistas	5.573	2.314
Total	<u>176.630</u>	<u>157.249</u>

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

12.2 Cíveis

A Companhia figura como ré em 9.712 processos cíveis, sendo classificados de acordo com o risco: 8.701 como prováveis, 969 como possíveis e 42 como remotos em 31 de dezembro de 2024 (9.980 processos em 31 de dezembro de 2023, 8.901 prováveis, 1.035 possíveis e 44 remotos), sendo que 2.600 tramitam em Juizados Especiais (1.991 processos em 31 de dezembro de 2023), dos quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 55.232 (R\$ 57.188 em 31 de dezembro de 2023), os processos mais relevantes destacam-se as:

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Falha no fornecimento	6.287	16.375
Morte por descarga elétrica (eletroplessão)	9.101	8.120
Cobrança indevida	3.791	4.154
Fraude questionada	3.936	4.740
Corte indevido	2.077	2.330
Acidente com terceiros	1.370	1.715
Falha no atendimento	2.125	2.172
Quebra de contrato (a)	11.147	10.858
Outras (b)	15.398	6.724
Total	<u>55.232</u>	<u>57.188</u>

- a. O principal montante envolvido é referente ao processo de 0046671-06.2015.8.10.0001, trata-se de uma ação de indenização por perdas e danos com cobrança movida por Agrasty Construções Ltda., em 18/11/2014, em face de Companhia Energética do Maranhão, antiga denominação da Companhia, alegando quebra de contrato que tinha por objeto, dentre outros aspectos, a prestação de serviços de engenharia. Após contestação, produção de provas documentais, periciais e orais, foi proferida sentença que julgou procedente os pedidos do autor, acolhendo os pedidos indenizatórios de danos emergentes no valor de R\$ 2.528; R\$ 9.972, a título de lucros cessantes; horas extras, no valor de R\$ 8.185; e honorários advocatícios em 15% sobre o valor da condenação. A Companhia interpôs recurso de Apelação, em 17/10/2018, que foi parcialmente provido para julgar improcedente o pedido de pagamento de lucros cessantes. Após Embargos de Declaração por ambas as partes, não acolhidos, foi interposto Recurso Especial pela Companhia, em 18 de dezembro de 2020, com efeito suspensivo concedido. O recurso está pendente de julgamento pela 4ª turma do Supremo Tribunal de Justiça; e
- b. O principal montante envolvido refere-se ao processo nº 0010494-91.2013.8.10.0040 movido pela empresa Bodim Comércio de Biciclos Ltda., buscando indenização por incêndio causado em suas instalações com perda total dos bens no local da ocorrência, em 08 de agosto de 2012. Apresentada a defesa e transcorrida a fase de produção de provas, foi proferida sentença determinando o pagamento de R\$ 2.838 a título de danos materiais; R\$ 269 a título de lucros cessantes; danos materiais no prédio sinistrado, com apuração dos valores a serem feitas por liquidação; custas e honorários, fixados em 15% do valor atualizado da condenação. Em seguida, foram interpostos recursos por ambas as partes, sendo provido, inicialmente, apenas o recurso da Companhia, para julgar improcedentes os pedidos. Contudo, a decisão foi revertida após Embargos de Declaração pela parte contrária, retomando-se os efeitos da condenação, no âmbito do Tribunal de Justiça do Maranhão. A Companhia interpôs Embargos de Declaração, que foram rejeitados, seguidos de Recurso Especial, com concessão de efeito suspensivo e provimento parcial, sem alteração do mérito da demanda. Atualmente, o processo encontra-se pendente de julgamento no âmbito do Superior Tribunal de Justiça – STJ, após Agravo Interno de ambas as partes, autuado sob o nº 1949686.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, no montante de R\$ 140.165 (R\$ 125.588 em 31 de dezembro de 2023) destacam-se as:

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	21.797	20.104
Morte por descarga elétrica (eletroplessão)	15.119	13.996
Acidente com terceiros	6.834	7.327
Quebra de contrato	7.096	2.391
Incêndio (a)	72.249	65.329
Outras	17.070	16.441
Total	140.165	125.588

a. O principal montante envolvido é referente ao processo de 0803022-09.2017.8.10.0026, trata-se de um incêndio que teve origem na rede interna dos autores, sem responsabilidade da Companhia. O Laudo do Instituto de Criminalística e Medicina Legal (ICRIM) que apontava responsabilidade da Companhia foi anulado em outro processo judicial, e uma perícia judicial será realizada para determinar a responsabilidade pelo evento (incêndio).

12.3 Fiscais

A Companhia figura como ré em 242 processos fiscais, sendo classificados de acordo com o risco: 5 como prováveis, 51 como possíveis e 186 como remotos em 31 de dezembro de 2024; (321 processos em 31 de dezembro de 2023, 9 prováveis, 53 possíveis e 259 remotos).

Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 84.355 (R\$ 70.257 em 31 de dezembro de 2023), referente aos seguintes processos:

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
PIS/COFINS	84.355	70.257
Total	84.355	70.257

- (i) Processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355, onde a Companhia obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que reintroduziu as alíquotas da contribuição ao PIS e da COFINS sobre receitas financeiras. Apesar desta decisão, os valores de tais tributos foram depositados em juízo. Considerando que o Supremo Tribunal Federal declarou a constitucionalidade do aumento de tais alíquotas, em sede de repercussão geral (Tema 939), os valores poderão ser convertidos em renda, exceto os valores que a Companhia depositou em excesso, os quais já foram reconhecidos pela União, e encontra-se em fase de recuperação; e
- (ii) A Companhia efetuou depósitos judiciais referente ao processo de nº 0816370-67.2020.8.10.000 no montante de R\$ 18.101, em que a Companhia figura como parte autora em ação declaratória que visa o reconhecimento do direito à retribuição pelo serviço de lançamento, cobrança e arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) em favor do Município de São Luís no percentual de 5% sobre o total dos valores arrecadados. Atualmente, o processo aguarda conclusão para julgamento dos recursos na 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Além dos processos provisionados, existem outros fiscais, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica da Companhia, como possível no montante de R\$ 30.892 (R\$ 29.347 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
PIS/COFINS	25.732	24.222
Outras	5.160	5.125
Total	30.892	29.347

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

12.4 Trabalhistas

O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 250 reclamações ajuizadas, sendo classificados de acordo com o risco: 71 como prováveis, 29 como possíveis e 150 como remotos; (230 reclamações em 31 de dezembro de 2023, 74 prováveis, 30 possíveis e 126 remotos). Dentre as provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável de R\$ 6.913 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 9.016 em 31 de dezembro de 2023), destacam-se ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, como pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Contingências trabalhista (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Hora extra	1.439	1.546
Responsabilidade subsidiária	194	205
Acidente de trabalho	1.445	3.862
Doença ocupacional/profissional	2.006	1.520
Reintegração no emprego	879	852
Outras	950	1.031
Total	6.913	9.016

Além dos processos provisionados, existem outros processos trabalhistas, cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 5.573 (R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões. Destacam-se ações por responsabilidade subsidiária, ações por horas extras e ações por execução TAC.

Contingências trabalhista (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Hora extra	405	390
Responsabilidade subsidiária	3.160	686
Outras	2.008	1.238
Total	5.573	2.314

12.5 Regulatórios

Em 31 de dezembro de 2024 o valor de R\$ 9.247 (R\$ 8.347 em 31 de dezembro de 2023) corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas contra a Companhia, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como, penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

13 Obrigações vinculadas à concessão

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações especiais	Depreciação - taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	4,18%	(1.860.960)	(1.212.194)	(3.073.154)
Participação da União, Estados e Municípios		(74.833)	73.137	(1.696)
Participação Financeira do Consumidor		(24.295)	(188.075)	(212.370)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(25.324)	(6.992)	(32.316)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(109)	(40)	(149)
Pesquisa e Desenvolvimento		(17.915)	(8.081)	(25.996)
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		(1.671.240)	(1.072.712)	(2.743.952)
Outros		(47.244)	(9.431)	(56.675)
(-) Amortização Acumulada - AIS		849.994	714.432	1.564.426
Participação da União, Estados e Municípios		47.273	(46.385)	888
Participação Financeira do Consumidor		11.924	100.274	112.198
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		6.845	3.667	10.512
Programa de Eficiência Energética - PEE		43	43	86
Pesquisa e Desenvolvimento		7.690	4.997	12.687
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		761.051	632.908	1.393.959
Outros		15.168	18.928	34.096
Total		(1.010.966)	(497.762)	(1.508.728)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 2023	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2024	Adições líquidas = (A)+(B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2024	Valor líquido em 2023
Em serviço	(2.990.440)	(1.508)	(81.206)	(3.073.154)	(82.714)	1.564.426	(1.508.728)	(1.552.284)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.696)	-	-	(1.696)	-	888	(808)	(879)
Participação Financeira do Consumidor	(212.264)	-	(105)	(212.369)	(105)	112.197	(100.172)	(108.892)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(26.696)	-	(5.620)	(32.316)	(5.620)	10.513	(21.803)	(17.406)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(150)	-	-	(150)	-	86	(64)	(70)
Pesquisa e Desenvolvimento	(24.488)	(1.508)	-	(25.996)	(1.508)	12.688	(13.308)	(12.824)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(2.668.471)	-	(75.481)	(2.743.952)	(75.481)	1.393.958	(1.349.994)	(1.387.278)
Outros	(56.675)	-	-	(56.675)	-	34.096	(22.579)	(24.935)
(-) Amortização acumulada - AIS	1.438.156	126.270	-	1.564.426	126.270	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	817	71	-	888	71	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	103.372	8.825	-	112.197	8.825	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	9.290	1.223	-	10.513	1.223	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	80	6	-	86	6	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	11.664	1.024	-	12.688	1.024	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	1.281.193	112.765	-	1.393.958	112.765	-	-	-
Outros	31.740	2.356	-	34.096	2.356	-	-	-
Em curso	(131.775)	(5.619)	81.206	(56.188)	75.587	-	(56.188)	(131.775)
Participação Financeira do Consumidor	(68.809)	(4.505)	17.524	(55.790)	13.019	-	(55.790)	(68.809)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	(1.114)	1.114	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	(16)	-	-	(16)	-	-	(16)	(16)
Pesquisa e Desenvolvimento	(382)	-	-	(382)	-	-	(382)	(382)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(62.568)	-	62.568	-	62.568	-	-	(62.568)
Outros	(348)	115	-	(233)	115	-	(233)	(348)
Outros	(348)	115	-	(233)	115	-	(233)	(348)
Total	(1.684.407)	119.258	-	(1.565.149)	119.258	1.564.426	(1.565.149)	(1.684.407)

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	Valor R\$ mil
GRUPO GERAD DIES 3F 105KVA 380V STD BY	(3.593)
GRUPO GERAD DIES 3F 105KVA 380V STD BY	(3.086)
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	(2.276)
PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	(1.918)
PAINEL FOTOV MONOCRIST 405WP 20.M	(1.861)
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	(1.574)
GRUPO GERAD DIES 3F 61KVA 380V STD BY	(1.514)
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	(1.399)
GRUPO GERAD DIES 3F 61KVA 380V STD BY	(1.394)
INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 127VCA	(1.320)
Total das Adições	(19.935)

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.863.606 (R\$ 1.651.592 em 31 de dezembro de 2023), o capital autorizado é de R\$ 2.200.000 (R\$ 2.200.000 em 31 de dezembro de 2023), sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações preferenciais nominativas		Ações preferenciais nominativas	Total	%
	Ações ordinárias	Classe A	Classe B		
Equatorial Energia Distribuição S.A.	105.120.627	768.694	1.008.683	106.898.004	65,11%
Eletrobras	53.777.259	459.387	609.069	54.845.715	33,41%
Outros	2.421.053	11.150	7.977	2.440.180	1,48%
Total (a)	<u>161.318.939</u>	<u>1.239.231</u>	<u>1.625.729</u>	<u>164.183.899</u>	<u>100%</u>

(a) Não houve alteração na composição acionária da Companhia entre o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Em 29 de abril de 2024, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia para incorporar o aumento no capital subscrito no valor de R\$ 212.014, sem a emissão de novas ações.

Dentro do limite do capital autorizado e das espécies e classes das ações existentes, independente de reforma estatutária, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações para aumento de capital social da Companhia. Salvo deliberação em contrário do Conselho de Administração, os acionistas não terão direito de preferência em quaisquer emissões de ações, notas promissórias para distribuição pública, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja alocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do art.172 da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

As ações preferenciais, com exceção das emitidas até 31 de dezembro de 1996, não são conversíveis em ações ordinárias, gozando de prioridade de reembolso de capital, pelo valor de patrimônio líquido, no caso de liquidação da Companhia, tendo prioridade no recebimento de dividendos mínimos de 6% (seis por cento) a.a. para as de classe "A" e 10% (dez por cento) a.a. para as de classe "B", calculados sobre o seu valor patrimonial antes da apropriação do resultado do exercício a que se referir o dividendo. Não há outros direitos, restrições na distribuição de dividendos ou em reembolso de capital.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.2 Reserva de lucros

a. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 91.644 (R\$ 93.828 em 31 de dezembro de 2023).

O montante de benefício fiscal do ano foi integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

b. Reserva de incentivos fiscais

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo das subvenções da SUDENE é de R\$ 499.995 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 492.395 em 31 de dezembro de 2023).

c. Reserva estatutária de reforço de capital de giro

Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo desta reserva é de R\$ 1.305.353 (R\$ 1.231.310 em 31 de dezembro de 2023).

14.3 Reserva de dividendos adicionais propostos

Em 29 de abril de 2024, em Reunião do Conselho de Administração foi aprovada a distribuição da integralidade da reserva no montante de R\$ 249.413, oriundos da reserva de dividendos adicionais.

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 318.887 (R\$ 249.413 em 31 de dezembro de 2023).

14.4 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória o VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R\$ 1.041.501 (R\$ 1.095.284 em 31 de dezembro de 2023).

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14.5 Distribuição de dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos mínimos obrigatórios deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

(i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido do exercício	741.337	777.391
(-) Reserva de incentivo fiscal	(189.856)	(182.256)
(-) Reserva legal	(27.574)	(29.757)
Lucro líquido ajustado	523.907	565.378
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	130.977	141.345
Dividendos adicionais propostos	318.887	249.413
Total de dividendos mínimos e adicionais	449.864	390.758

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>116.055</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	343.871
Dividendos mínimos distribuídos de 2023	141.345
Pagamento de dividendos	<u>(458.387)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>142.884</u>
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	249.413
Dividendos mínimos propostos de 2023	130.977
Pagamento de dividendos (b)	<u>(390.666)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>132.608</u></u>

- (a) Em 29 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião de Assembleia Geral Ordinária, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 249.413, o qual é composto pelo dos dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2023; e
- (b) O valor de R\$ 390.666 refere-se às distribuições aprovadas em: 29 de abril de 2024, referentes aos dividendos adicionais mantidos no patrimônio líquido, no valor de R\$ 249.413, conforme nota (a) acima, e saldo remanescente de dividendos mínimos mantidos no passivo, no valor de R\$ 141.253.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

15 Receita operacional bruta

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é demonstrada conforme a seguir:

	Nº Consumidores*		MWh*		R\$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita Operacional Bruta						
Fornecimento - Faturado	3.814.552	3.748.662	9.474.525	8.798.388	6.123.407	5.120.907
Residencial	2.571.709	2.515.711	5.124.224	4.628.805	4.103.287	3.351.315
Industrial	2.752	2.746	142.065	170.151	138.082	139.703
Comercial	61.873	60.199	775.101	778.885	636.145	566.643
Rural	118.053	120.862	340.356	320.524	265.275	218.473
Poder público	28.815	28.220	596.782	551.362	515.488	432.979
Iluminação pública	2.304	2.059	342.015	344.651	186.712	166.747
Consumo próprio	292	286	12.650	11.321	-	-
Baixa renda	1.019.719	1.010.356	1.765.053	1.624.225	-	-
Serviço público	9.035	8.223	376.279	368.464	278.418	245.047
Suprimento Faturado	-	-	-	-	42.022	8.005
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	814	404	1.043.515	899.924	3.490.457	2.887.952
Consumidores Cativos	-	-	-	-	3.263.667	2.711.851
Consumidores Livres	814	404	1.043.515	899.924	226.790	176.101
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissãoários	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(3.281.901)	(2.727.103)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(3.263.667)	(2.711.851)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC – Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(7.406)	(5.514)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC – Excedente de Reativos	-	-	-	-	(10.828)	(9.738)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(9.508)	48.572
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	107.636	(299.869)
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(28.959)	(41)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos	-	-	-	-	-	-
Regulat.	-	-	-	-	39.676	646.832
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	15.596	13.816
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	598.297	354.319
Outras receitas	-	-	-	-	-	31.022
Total	3.815.366	3.749.066	10.518.040	9.698.312	7.096.723	6.084.412

(*) não auditado.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

16 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2024 e 2023, a Outorgada efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2024		2023	
	MWh*	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Compra	(77.391)	(4.822)	(148.959)	(10.329)
Compra estimada (a)	(71)	(5)	(19.913)	(1.476)
Total	(77.462)	(4.827)	(168.872)	(11.805)

	2024		2023	
	MWh	R\$ Mil	MWh*	R\$ Mil
Venda	345.749	38.235	88.661	6.121
Total	345.749	38.235	88.661	6.121

(a) referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024 (2023 - período 01 a 31 de dezembro de 2023).

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Companhia que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis Regulatórias a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2024, os referidos montantes foram estimados pela Companhia, com base em seus controles mantidos para essas operações.

(*) não auditado.

17 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal	205.204	172.993
Remuneração	167.687	144.742
Encargos	57.258	45.503
Previdência privada - Corrente	5.365	4.509
Despesas rescisórias	1.745	1.758
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	48.018	39.711
Outros benefícios - Corrente	18.533	21.148
Outros (a)	(93.402)	(84.378)
Administradores	6.813	22.366
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	8.122	5.159
Benefícios dos Administradores	(1.309)	17.207
Total	212.017	195.359

(a) Refere-se as contas de custos de suporte, custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos. Através dessas contas, são transferidos os custos de suporte que foram alocados no custeio, para o investimento, conforme MCSE.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	601.975	598.913
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	213.770	220.093
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal (A)	<u>277.353</u>	<u>278.462</u>
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente		
Outras provisões permanentes	(10.092)	(7.360)
Incentivo P&D	(2.485)	-
Incentivos fiscais (Sudene / PF)	(189.856)	(182.256)
Compensações - PAT e Salário Maternidade	(3.102)	(2.392)
Receitas - CPC 47	283	-
IRPJ E CSLL outros	2.589	(44.460)
Subtotal	<u>(202.663)</u>	<u>(236.468)</u>
Efeitos fiscais sobre:		
Imposto Corrente e Diferido		
Provisão para contingências	4.771	7.443
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	5.135	(46.307)
Provisão para participação nos lucros	728	1.001
Provisão para perda de estoques	(269)	(1.693)
Ajuste a valor presente	(1.561)	(417)
Depreciação acelerada	23.284	23.305
Valor novo de reposição – VNR	(55.778)	(55.264)
Variação de SWAP	(72.547)	9.379
Provisões atuariais	(1.020)	1.470
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	5	(9)
Outras despesas não dedutíveis	(2.433)	8.332
Subtotal	<u>(99.685)</u>	<u>(52.760)</u>
Total de IRPJ e CSLL correntes do exercício	24.995	10.766
Total de IRPJ e CSLL diferidos do exercício	<u>(99.685)</u>	<u>(52.760)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(74.690)	(41.994)

19 Revisão e reajuste tarifário

19.1 Revisão tarifária periódica

As metodologias aplicáveis ao 5º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica estão contidas nos Módulos 2 e 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tratam do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária.

Na 19ª Reunião Pública Ordinária, realizada em 1º de junho de 2021, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu, unanimemente, instaurar Consulta Pública com vistas a colher subsídios e informações para aprimorar a proposta referente à Quinta Revisão Tarifária Periódica da Equatorial Maranhão, a vigorar a partir de 28 de agosto de 2021, e definir os limites dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, entre 2022 e 2025. O período de contribuições se estendeu de 26 de maio a 9 de julho de 2021, com reunião virtual em 18 de junho de 2021 (Audiência Pública nº 014/2021).

Após avaliar as contribuições recebidas durante a Consulta Pública nº 29/2021, a Superintendência de Gestão Tarifária - SGT encaminhou, em 18 de agosto de 2021, a proposta final da 5ª Revisão Tarifária à Equatorial Maranhão e ao Conselho de Consumidores da Concessionária. Foram realizadas reuniões virtuais, em função da pandemia de coronavírus, com a concessionária e com seu conselho de consumidores, respectivamente em 11 e 19 de agosto, para discussão sobre o cálculo da revisão.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

A Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD, pela Nota Técnica nº 94/2021-SRD/ANEEL, de 28 de julho de 2021, analisou as contribuições recebidas na Consulta Pública e apresentou proposta, para fixar os limites para os indicadores DEC e FEC dos conjuntos de unidades consumidoras da Equatorial Maranhão, de 2022 a 2025.

Quanto à Base de Remuneração, os valores foram informados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF, por intermédio do Memorando nº 215/2021-SFF/ANEEL, de 5 de agosto de 2021.

Em 27 de julho de 2021, a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD enviou, por meio do Memorando nº 186/2021-SRD/ANEEL, a apuração das perdas na distribuição da Equatorial Maranhão, consolidada pela Nota Técnica nº 093/2021-SRD/ANEEL.

A SGT, mediante a Nota Técnica nº 189/2021-SGT/ANEEL, de 18 de agosto de 2021, consolidou e submeteu à Diretoria Colegiada proposta da quinta revisão tarifária periódica de 2021 da Equatorial Maranhão após análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 029/2021 e na Audiência Pública nº 014/2021.

Conforme o Contrato de Concessão nº 60/2000, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Equatorial Maranhão, a 5ª revisão tarifária periódica da Concessionária ocorreu em 28 de agosto de 2021. Com efeito, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL homologou, por meio da Resolução Homologatória Nº 2.925 de 24 de agosto de 2021 o resultado da 5ª Revisão Tarifária Periódica da Companhia, que entrou em vigor partir de 28 de agosto de 2021, e que conduziu ao efeito médio percebido pelos consumidores de 2,79%.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.925 de 24 de agosto de 2021, a ANEEL realizou a revisão tarifária da Companhia, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2021 com vigência até 27 de agosto de 2022. Considerando os componentes financeiros incluídos nas tarifas da Companhia, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor neste processo tarifário em 2,79% nas contas de energia.

19.2 Reajuste tarifário anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 3.376 de 20 de agosto de 2024, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Outorgada resultantes do processo de reajuste tarifário de 2024, cujo reajuste médio foi de (1,22)%, percebido pelos consumidores.

19.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando a definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (CRTP) vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória (BAR).

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	10.276.702
(2) Índice de Aproveitamento Integral	37.085
(3) Obrigações Especiais Bruta	2.881.658
(4) Bens Totalmente Depreciados	935.965
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	6.421.994
(6) Depreciação Acumulada	4.169.999
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	6.106.704
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	25.703
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	6.081.001
(10) Almoarifado em Operação	8.508
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	1.772.528
(13) Terrenos e Servidões	48.620
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	4.365.600
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,80%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	244.036
(19) WACC real antes de impostos	10,64%
(20) Taxa RGR PLPT	2,17%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,17%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	51.528
(23) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)+(22)	515.829

19.4 Custo anual das instalações móveis e imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado de Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	629.025
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	283.061
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	75.483
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	270.481
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	29.568
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	14.797
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	65.418
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	109.783

19.5 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita último IRT(2024)	Receita verificada (*)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	3.122.764.432	2.960.079.470
1.1. Encargos Setoriais	601.640.682	599.093.180
TESEE	8.083.946	6.825.021
CDE	341.300.152	336.595.641
PROINFA	64.704.913	67.379.408
P&D (Eficiência Energética)	46.551.569	42.457.476
O.N.S	181.659	181.659
ESS	140.818.443	145.653.975
1.2. Transmissão	458.692.689	453.293.135
Rede Básica	284.724.856	312.425.700
Rede Básica Fronteira	118.814.842	90.129.887
Conexão	33.283.807	30.217.353
Uso do sistema de distribuição e CCD	21.869.184	20.520.195
1.3. Compra de Energia	2.062.431.061	1.907.693.155
CCEAR	1.727.874.849	1.562.350.453
Cota Angra I/Angra II	99.701.003	96.788.984
Cotas Lei n ° 12783/2013	234.855.209	248.553.718
2. PARCELA B	2.112.260.654	1.781.669.900
3. Reposicionamento Econômico	-0,10%	0,35%
4. Componentes Financeiros	-3,45%	-2,46%
5. Reposicionamento com Financeiros	-3,56%	-2,11%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	2,34%	12,96%
7. Efeito para Consumidores	-1,22%	10,85%

(*) Valores expressos em unidades de reais

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

20 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresenta no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		130.195	-	130.195	314.583	-	314.583
Investimentos temporários	20.1	1.455.123	-	1.455.123	653.501	-	653.501
Consumidores	20.5.3	1.147.667	56.597	1.204.264	1.110.356	51.385	1.161.741
Concessionárias e permissionárias	20.1	66	(66)	-	116	(116)	-
Serviços em curso	20.5	72.338	15.231	87.569	85.131	12.856	97.987
Tributos compensáveis		242.014	-	242.014	157.343	-	157.343
Depósitos judiciais e cauções		4.345	-	4.345	4.253	-	4.253
Almoxarifado operacional		14.244	-	14.244	11.310	-	11.310
Ativos financeiros setoriais	20.2	168.055	(168.055)	-	172.966	(172.966)	-
Despesas pagas antecipadamente	20.1	7.749	(7.749)	-	6.511	(6.511)	-
Encargos setoriais a compensar	20.1	-	-	-	3.590	(3.590)	-
Instrumentos financeiro derivativos		120.751	(707)	120.044	-	-	-
Outros ativos circulantes	20.1	213.632	(70.567)	143.065	222.886	(56.259)	166.627
Total do ativo circulante		3.576.179	(175.316)	3.400.863	2.742.546	(175.201)	2.567.345
Não circulante							
Investimentos temporários		1.234	-	1.234	1.143	-	1.143
Instrumentos financeiro derivativos		22.378	(22.378)	-	-	-	-
Consumidores	20.1	64.651	2.119	66.770	59.910	2.120	62.030
Benefício pós-emprego		5.693	-	5.693	4.229	-	4.229
Tributos diferidos	20.1/20.7	112.910	(112.910)	-	113.568	(113.568)	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		463	-	463	4.700	-	4.700
Serviços em curso		11.562	-	11.562	11.569	-	11.569
Ativos financeiros setoriais	20.2	33.445	(33.445)	-	34.845	(34.845)	-
Tributos compensáveis		230.604	-	230.604	210.397	-	210.397
Depósitos judiciais e cauções		187.987	-	187.987	137.660	-	137.660
Outros ativos não circulantes	20.1	26.968	(2.119)	24.849	23.274	(2.084)	21.190
Despesas pagas antecipadamente	20.1	-	-	-	36	(36)	-
Ativo financeiro da concessão	20.3	-	4.887.009	4.887.009	-	4.020.878	4.020.878
Imobilizado	20.4	8.438.733	(8.438.733)	-	7.822.434	(7.822.434)	-
Intangível	20.4	232.581	1.390.102	1.622.683	196.163	1.372.708	1.568.871
Ativos de contrato	20.5.3	-	809.748	809.748	-	740.007	740.007
Direito de uso	20.4	-	545	545	-	394	394
Total do ativo não circulante		9.369.209	(1.520.062)	7.849.147	8.619.928	(1.836.860)	6.783.068
Total do ativo		12.945.388	(1.695.378)	11.250.010	11.362.474	(2.012.061)	9.350.413

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Circulante							
Fornecedores		607.699	-	607.699	609.375	-	609.375
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	925.090	(231)	924.859	362.825	(298)	362.527
Instrumentos financeiros derivativos		707	(707)	-	30.503	-	30.503
Passivo de arrendamento	20.1	-	231	231	-	298	298
Tributos	20.1/20.5.3	175.129	(11.327)	163.802	142.762	(9.474)	133.288
Obrigações sociais e trabalhistas	20.1	68.648	(39.254)	29.394	61.895	(35.729)	26.166
Passivos financeiros setoriais	20.2	390.361	(168.055)	222.306	366.907	(172.966)	193.941
Dividendos a pagar		132.608	-	132.608	142.884	-	142.884
Contribuição de iluminação pública	20.1	-	44.290	44.290	-	17.559	17.559
Encargos setoriais	20.1	80.847	-	80.847	106.951	(9.697)	97.254
Participação nos lucros	20.1	-	46.855	46.855	-	42.410	42.410
Provisão para litígios		29.282	-	29.282	27.789	-	27.789
Outros passivos circulantes	20.1	270.978	(46.836)	224.142	113.635	(7.855)	105.780
Total do passivo circulante		2.681.349	(175.034)	2.506.315	1.965.526	(175.752)	1.789.774
Não circulante							
Fornecedores		15.485	-	15.485	20.774	-	20.774
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.1	3.636.434	(337)	3.636.097	2.785.867	(104)	2.785.763
Passivo de arrendamento	20.1	-	337	337	-	104	104
Tributos		6.116	-	6.116	4.147	-	4.147
Tributos diferidos	20.7	760.162	(114.683)	645.479	678.124	(115.059)	563.065
Passivos financeiros setoriais	20.2	158.677	(33.445)	125.232	231.823	(34.845)	196.978
Encargos setoriais		24.131	-	24.131	22.058	-	22.058
Instrumentos financeiros derivativos		46.532	(22.378)	24.154	37.505	-	37.505
Provisão para litígios		126.465	-	126.465	117.019	-	117.019
Benefício pós-emprego		15.405	-	15.405	13.030	-	13.030
Obrigações vinculadas à concessão	20.5	1.565.149	(1.565.149)	-	1.684.407	(1.684.407)	-
Outros passivos não circulantes		36.573	-	36.573	43.730	-	43.730
Total do passivo não circulante		6.391.129	(1.735.655)	4.655.474	5.638.484	(1.834.311)	3.804.173
Patrimônio líquido							
Capital social		1.863.606	-	1.863.606	1.651.592	-	1.651.592
Reserva de capital		52.353	-	52.353	48.568	-	48.568
Reserva de lucros	20.8	640.179	1.256.813	1.896.992	724.246	1.093.287	1.817.533
Outros resultados abrangentes	20.6	997.885	(1.041.502)	(43.617)	1.084.645	(1.095.285)	(10.640)
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		318.887	-	318.887	249.413	-	249.413
Total do patrimônio líquido		3.872.910	215.311	4.088.221	3.758.464	(1.998)	3.756.466
Total do passivo e patrimônio líquido		12.945.388	(1.695.378)	11.250.010	11.362.474	(2.012.061)	9.350.413

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	2024			2023		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso	7.096.723	1.454.856	8.551.579	6.084.412	1.459.163	7.543.575
Fornecimento de energia elétrica	20.1/20.5.3	6.113.899	569.428	6.683.327	5.169.479	447.526
Suprimento de energia elétrica		42.022	-	42.022	8.005	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		226.790	-	226.790	176.101	-
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		100.119	-	100.119	331.670	-
Serviços cobráveis	20.1	15.596	(15.596)	-	13.816	(13.816)
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	20.1	598.297	(598.297)	-	354.319	(354.319)
Atualização Ativo Financeiro	20.5.1	-	164.050	164.050	-	162.545
Receita de construção	20.5.3	-	1.145.870	1.145.870	-	1.044.544
Outras receitas vinculadas	20.1	-	189.401	189.401	31.022	172.683
						203.705
Tributos		(1.903.914)	933	(1.902.981)	(1.468.863)	848
ICMS	20.5.3	(1.381.219)	933	(1.380.286)	(1.007.124)	848
PIS-PASEP		(104.053)	-	(104.053)	(80.319)	-
Cofins		(416.311)	-	(416.311)	(379.536)	-
ISS		(2.331)	-	(2.331)	(1.884)	-
						(1.884)
Encargos - Parcela "A"		(413.320)	(23.206)	(436.526)	(379.155)	(27.052)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(23.898)	-	(23.898)	(26.058)	-
Programa de Eficiência Energética - PEE		(24.002)	-	(24.002)	(21.510)	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(358.175)	-	(358.175)	(324.732)	-
Taxa de Fiscalização de Serviço de Energia Elétrica - TFSEE		(7.245)	-	(7.245)	(6.855)	-
Outros encargos	20.1	-	(23.206)	(23.206)	-	(27.052)
						(27.052)
Receita Líquida / Ingresso líquido		4.779.489	1.432.583	6.212.072	4.236.394	1.432.959
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(2.744.453)	(1.145.870)	(3.890.323)	(2.396.687)	(1.044.544)
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	(2.075.401)	(669.052)	(2.744.453)	(1.755.309)	(641.378)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	20.1	(669.052)	669.052	-	(641.378)	641.378
Custo de construção	20.5.3	-	(1.145.870)	(1.145.870)	-	(1.044.544)
						(1.044.544)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.035.036	286.713	2.321.749	1.839.707	388.415
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		(1.279.653)	(7.046)	(1.286.699)	(1.156.443)	(115.421)
Pessoal e administradores	20.1	(212.017)	1.487	(210.530)	(195.359)	932
Material		(25.382)	-	(25.382)	(24.045)	-
Serviços de terceiros		(466.707)	3.460	(463.247)	(446.788)	-
Arrendamento e aluguéis	20.1	(6.885)	354	(6.531)	(5.439)	584
Seguros	20.1	(853)	853	-	(621)	621
Doações, contribuições e subvenções	20.1	(6.507)	6.507	-	(3.840)	3.840
Provisões	20.5.3	(190.540)	58.303	(132.237)	(200.408)	30.150
Perdas na alienação de bens e direitos	20.5	(53.552)	4.140	(49.412)	(138.643)	6.290
(-) Recuperação de despesas	20.1	15.501	(15.501)	-	9.882	(9.882)
Tributos	20.1	(2.466)	2.466	-	(1.808)	1.808
Depreciação e amortização	20.4.2	(353.022)	46.058	(306.964)	(303.703)	51.786
Gastos diversos da atividade vinculada	20.1	(60.781)	54.478	(6.303)	(60.483)	56.271
Outras Receitas Operacionais	20.1	121.464	(81.800)	39.664	214.870	(202.380)
Outras Gastos Operacionais	20.1	(37.906)	(87.851)	(125.757)	(58)	(55.441)
						(55.499)
Resultado da Atividade		755.383	279.667	1.035.050	683.264	272.994
Resultado Financeiro		(153.408)	(65.898)	(219.306)	(84.351)	(52.901)
Despesas financeiras		(750.561)	-	(750.561)	(561.288)	-
Receitas financeiras		597.153	(65.898)	531.255	476.937	(52.901)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		601.975	213.769	815.744	598.913	220.093
Despesa com impostos sobre os lucros	20.7	(74.690)	283	(74.407)	(41.994)	379
						(41.615)
Resultado líquido do exercício		527.285	214.052	741.337	556.919	220.472
						777.391

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

20.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

20.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

20.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no VNR classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

20.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

20.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o VNR do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

20.5.2 Depreciação e amortização

As divergências entre a depreciação regulatória e a societária referem-se à aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 – Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

20.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

20.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. As possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também foram consideradas nessa mudança.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

20.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

20.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

20.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo VNR, é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

20.7 Lucros acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

20.8 Tributos Diferidos

Refere-se ao tributo diferido pela diferença do resultado, decorrentes do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, o referido CPC não é aceito pela contabilidade regulatória e da Reavaliação compulsória que não é aceito pela contabilidade societária.

20.9 Reservas de lucros

Ajuste pela destinação do saldo residual do lucro regulatório para outras reservas de lucros após realizadas as destinações definidas na Assembleia calculadas com base no lucro societário.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

21 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldos no final do exercício conforme contabilidade societária	4.088.221	3.756.466
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(215.311)	1.998
Reavaliação regulatória compulsória - Nota explicativa 20.5.1	1.041.501	1.095.284
Resultado de exercícios anteriores - Nota explicativa 20.6	(1.018.131)	(848.185)
Efeito do IFRS 09 PECLD (a)	(37.317)	(37.317)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (a)	12.688	12.688
Efeito do lucro entre societária e regulatória - Nota explicativa 20.8	(214.052)	(220.472)
Saldos no fim do exercício	<u>3.872.910</u>	<u>3.758.464</u>

(a) Efeito do reconhecimento inicial do CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros;

22 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	741.337	777.391
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(214.052)	(220.472)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) – Nota explicativa 20.5.1	(164.050)	(162.545)
Receita de construção – Nota explicativa 20.5.3	(1.145.870)	(1.044.544)
Custo de construção – Nota explicativa 20.5.3	1.145.870	1.044.544
Depreciação – Nota explicativa 20.5.2	(46.412)	(52.371)
Perdas/ganhos na alienação e desativação – Nota explicativa 20.5	(4.140)	(6.290)
IFRS 15 – Nota explicativa 20.5.3	831	1.113
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(283)	(379)
Outros	2	-
Lucro líquido regulatório	<u>527.285</u>	<u>556.919</u>

23 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 318.887 decorrentes do resultado do exercício.

Captação de empréstimo junto ao Scotiabank

Em 30 de janeiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais no valor de USD 18.000 ao custo de USD + 5,2780% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 106.920.

Em 19 de fevereiro de 2025 foi liquidada a operação contratada junto ao Scotiabank via Lei 4.131, com prazo de três anos, amortização *bullet* e juros semestrais, no valor de USD 32.683 ao custo de USD + 5,2710% a.a., com *swap* de câmbio para CDI + 1,05% a.a., perfazendo o montante de R\$ 186.223.

Resgate Antecipado da 9ª emissão de debêntures

Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures no montante de R\$ 311.579.

Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Requerimento de Prorrogação da Concessão da Distribuidora Equatorial Maranhão

Em conformidade com o disposto na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024, nos Contratos de Concessão e no Despacho ANEEL nº 517/2025, o Conselho de Administração do Grupo Equatorial aprovou a manifestação à ANEEL requerendo a prorrogação da concessão da Equatorial Maranhão, pelo prazo de 30 (trinta) anos contados a partir do advento do termo final do Contrato de Concessão nº 60/2000, com a antecipação dos efeitos da prorrogação nos termos do referido Art. 10 do Decreto nº 12.068/2024.

Apresentado o pedido, a ANEEL tem 60 dias para encaminhar recomendação ao MME com a avaliação quanto ao cumprimento dos indicadores técnicos e econômico-financeiros, que por sua vez tem 30 dias para decidir e convocar para assinatura do contrato. Finalmente, a distribuidora tem 60 dias, contados da convocação, para assinar o aditivo ao novo contrato de concessão.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
(Vice-Presidente)

Alinez Martins Rabelo Costa

José Silva Sobral Neto

Frederico Pinto Eccard

Rodrigo Villela Ruiz

João Alberto da Silva Neto

Conselho Fiscal

Titulares

Tiago Pereira Malheiro

André Luiz Amaral dos Santos

Saulo de Tarso Alves de Lara

Paulo Roberto Franceschi

Vanderlei Dominguez da Rosa

Suplentes

Moacir Gibur

Claudia Luciana Ceccatto de Trotta

Ricardo Bertucci

Comitê de Auditoria Estatutário

João Alberto da Silva Neto

Jorge Roberto Manoel

Tiago de Almeida Noel
(Coordenador)

Diretoria Executiva

Sérvio Túlio dos Santos
(Diretor Presidente)

Humberto Luis Queiroz Nogueira
(Diretor)

José Jorge Leite Soares
(Diretor)

André Luiz Barata Pessoa
(Diretor)

Agnelo Coelho Neto
(Diretor)

Tatiana Queiroga Vasques
(Diretora de Relação com Investidores)

Maurício Alvares da Silva Velloso Ferreira
(Diretor)

Cristiano de Lima Logrado
(Diretor)

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA 011842/O-3